



**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Operacional de Saúde Nível II - TOS
Nível II (Grau A)
Técnico de Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '49', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Dissertativa****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
 - contém a proposta e espaços para rascunho e transcrição definitiva das três questões dissertativas.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma os rascunhos das questões da Prova Dissertativa serão corrigidos.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e responder a Prova Dissertativa (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

1. Na Gestão Pública, diferentemente da Gestão em Empresas Privadas, o gestor deve
 - (A) obedecer rigorosamente a legislação existente quanto aos recursos financeiros previstos anualmente.
 - (B) realizar gastos, independentemente do previsto no planejamento orçamentário, com a justificativa do atendimento à demanda.
 - (C) realizar gastos planejando incluí-los em orçamentos futuros, alegando necessidade premente.
 - (D) contratar empresa de consultoria para auxiliá-lo na gestão, mesmo sem previsão, com a justificativa de implantar redução de custos.
 - (E) oferecer os serviços de sua Instituição Pública a terceiros, cobrando pequeno adicional não previsto, com o objetivo de manter o equilíbrio institucional.

2. A consolidação da democracia no Brasil estabeleceu um novo paradigma, que foi a participação do cidadão na Gestão Pública como seu cliente. A efetivação desta participação depende
 - (A) de mecanismos para atender às necessidades das corporações.
 - (B) de mecanismos para modificar o princípio da Universalização dos serviços públicos, priorizando o atendimento para clientes que proporcionam maior rentabilidade aos serviços.
 - (C) da observação ao Código do Consumidor, considerando os princípios gerais da administração pública: impessoalidade, equidade e universalidade, quando a ela for conveniente.
 - (D) do aprofundamento nos processos de privatizações do setor público, criando situações para melhor aproveitamento das verbas públicas.
 - (E) da criação de ações que efetivem o dever de atender com qualidade todos os cidadãos, independentemente de sua condição social e financeira, criando um canal de comunicação instituição/cliente como, por exemplo, "o papel dos ouvidores" nas instituições.

3. No desempenho de suas atribuições, o servidor público deve seguir a legislação existente no que diz respeito às suas obrigações e à sua conduta. Assim, o servidor público deve
 - (A) se dirigir ao público demonstrando sua autoridade como servidor público.
 - (B) ouvir as necessidades do público ao atendê-lo, procurando sanar a questão do motivo da busca ao serviço.
 - (C) ter um estilo próprio, podendo trajar qualquer tipo de vestimenta para se dirigir ao trabalho.
 - (D) discutir com o cidadão se houver necessidade, usando de entonação alta e incisiva.
 - (E) agir de maneira autônoma, no desempenho de suas funções seguindo normas ou condutas próprias.

4. Uma organização pública, que pretende incorporar uma orientação empreendedora em seu planejamento estratégico, deve priorizar
 - (A) a vinculação entre remuneração individual e produtividade pessoal.
 - (B) o desenvolvimento de ações de controle centralizado nos processos administrativos.
 - (C) o uso da qualificação formal para obter uma avaliação mais subjetiva do desempenho.
 - (D) o alinhamento das expectativas de desempenho individual com os objetivos da organização.
 - (E) a ligação das expectativas de desempenho com objetivos individuais.

5. A padronização de materiais em uma organização é uma forma de normatização e constitui um conjunto de métodos e de condições a serem alcançadas. Um dos objetivos da padronização é
 - (A) permitir a aquisição de pequenos lotes de materiais com preço fixo, independentemente da quantidade comprada.
 - (B) adquirir materiais de diversos fornecedores e com níveis de qualidade variáveis.
 - (C) proporcionar o aumento do número de concorrências e de fornecedores.
 - (D) permitir o aumento do custo de estocagem, possibilitando maior variabilidade no arranjo físico do almoxarifado.
 - (E) diminuir a variedade de materiais de mesma classe, racionalizando o número de itens no estoque.



6. Um ambiente de trabalho organizado permite obter produtividade e criatividade, diminuindo o desperdício. Diante desta afirmação, é correto afirmar que
- (A) cada pessoa tem uma forma de trabalhar: uns são organizados outros não; isso não é o fundamental, e sim o resultado final.
 - (B) móveis padronizados em toda a organização são sinônimos de organização, para uma melhor produtividade.
 - (C) todos os materiais de uso comum em seus lugares e os procedimentos devem ser registrados em manuais ou POPs (procedimentos operacionais padrões) e devidamente controlados.
 - (D) nem todos os materiais de uso comum no trabalho devem ser controlados.
 - (E) não existe nenhum estudo que indique organização do trabalho relacionado com o aumento da produtividade.
-
7. A excelência na Gestão Pública pode ser demonstrada como aquela
- (A) com as principais características de uma administração pública com alto desempenho que visa a melhoria da qualidade dos serviços públicos, é focada em resultados, orientada para o cidadão e envolve liderança, estratégias e planos.
 - (B) em que as organizações governamentais agem como instituições privadas para tentar avaliar as necessidades dos cidadãos com vistas a ampliar o retorno econômico-financeiro.
 - (C) que cria estruturas eficientes, mesmo que, em algumas situações, ignore os valores democráticos.
 - (D) em que a gestão é adaptada da administração privada para o setor público, independentemente do direito do cidadão.
 - (E) com características de uma gestão pública que tem como meta a melhoria da qualidade, sem, no entanto, estar preocupada com as questões que avaliem resultado.
-
8. O Estado de Minas Gerais, por meio do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2011-2030), fez uma opção pelo compromisso com o desenvolvimento, ancorado no binômio ajuste fiscal e melhorias inovadoras na gestão pública. Nesse plano,
- (A) não houve necessidade de choque de gestão, pois as contas estão equilibradas.
 - (B) o modelo implantado do PMDI 2007-2023 não precisou de revisão e o novo PMDI atual é uma simples cópia daquele modelo, que foi um sucesso.
 - (C) a gestão pública é parâmetro importante para ações de Governo, sendo que o pilar Gestão para Cidadania envolve as 4 (quatro) Redes de Desenvolvimento Integrado.
 - (D) existe a necessidade de um bom planejamento, visão estratégica e seletividade para promover mudanças na sociedade e no governo e propiciar o cumprimento do PMDI 2011-2030.
 - (E) o planejamento até 2030 será impossível de ser realizado, dado que o PMDI ainda não foi aprovado em plebiscito pela população.
-
9. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é o principal instrumento regulador das contas públicas do País. Em virtude disso, as organizações públicas apresentam limitações que não são encontradas nas organizações privadas comerciais e industriais. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a lei não prevê gastos com pessoal, pois são ilimitados.
 - (B) é permitido, no último ano de mandato, o aumento das despesas estabelecidas nos planejamentos orçamentários com contratação de pessoal.
 - (C) aqueles que descumprirem as regras da LRF serão punidos pelo Código Penal e pelas sanções previstas em lei.
 - (D) os objetivos econômicos e financeiros na gestão pública estão previstos no planejamento orçamentário anual, não havendo dessa forma nenhuma possibilidade de alteração no orçamento previsto.
 - (E) a LRF sempre existiu e não trouxe nenhuma mudança institucional ou cultural no trato com o dinheiro público.
-
10. Dentre as diversas atividades de uma organização, uma ação que usa recursos e é gerenciada de forma a possibilitar a transformação de entradas de materiais até a sua saída pode ser considerada
- (A) atividade de obtenção de insumos de entrada.
 - (B) mecanismo de processo.
 - (C) atividade de obtenção de produto final.
 - (D) parâmetro de controle.
 - (E) mecanismo de auditoria de qualidade.



11. A existência de dotação própria de órgão ou repartição, da gestão pública, que apresente agrupamento de serviços, por definição legal específica a existência de
- (A) um centro de responsabilidade.
 - (B) uma unidade administrativa.
 - (C) uma unidade orçamentária.
 - (D) uma rubrica orçamentária.
 - (E) uma operação especial.
-
12. De acordo com a Constituição Federal brasileira, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) trata das questões relativas a
- (A) despesas de capital, desde que mantidas em limites abaixo ou inferiores às despesas de custeio.
 - (B) existência dos limites para a concessão de créditos adicionais.
 - (C) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento das políticas públicas de saúde e educação.
 - (D) alterações na legislação tributária a serem observadas após a aprovação da Lei Orçamentária do ano subsequente.
 - (E) existência de metas e das prioridades da administração pública federal.
-
13. Um estudo epidemiológico com pacientes de tuberculose
- (A) pode concluir quanto custará o tratamento para uma determinada doença.
 - (B) não permite determinar a frequência dessa infecção.
 - (C) não pode descrever as consequências (sequelas) dessa doença.
 - (D) deve englobar pacientes de tuberculose, mas não indivíduos sadios.
 - (E) não permite descobrir quais os fatores de risco para essa infecção.
-
14. *O Planejamento e Controle das atividades e programas do setor público se diferenciam do setor privado.*
- Esta afirmação
- (A) não é correta porque os princípios de administração e controle são gerais e universais, e se aplicam a qualquer atividade sem necessidade de criar mecanismos específicos.
 - (B) é correta porque o setor público não busca o resultado econômico e, portanto, os conceitos e princípios gerais não se aplicam à redução de gastos.
 - (C) é correta porque as regras de administração de recursos públicos e seus orçamentos têm critérios específicos de planejamento orçamentário e empenho de verbas que são exclusivos e adequados à Administração Pública.
 - (D) é correta porque os programas de governo mudam a cada eleição e, portanto, tudo tem que ser replanejado.
 - (E) é correta porque as formas de contratação de pessoal e de serviços são diferentes e, por isso, o planejamento é diferente.
-
15. Em 2007, o Ministério da Saúde publicou a “Carta dos direitos dos usuários da saúde” para que a população conhecesse seus direitos. O primeiro princípio da referida carta assegura aos cidadãos (usuários) o acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), visando a um atendimento mais justo e eficaz. O direito às ações e serviços promovidos pelo SUS prevê
- (A) situações de urgência ou emergência, para as quais o atendimento só será feito em serviços de saúde perto do local de moradia do usuário.
 - (B) o atendimento em serviços públicos, mas não em serviços privados.
 - (C) o acesso aos serviços de saúde, prioritariamente, pelos serviços da Atenção Terciária, como os grandes hospitais, independentemente se está próximo ao local de moradia do usuário.
 - (D) a promoção, proteção e recuperação da saúde.
 - (E) casos de risco de vida ou lesão grave, desde que o usuário providencie a sua remoção para um estabelecimento de saúde com capacidade para recebê-lo.



16. Um usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) chega à uma unidade de atendimento com uma reclamação sobre um medicamento que tomou. Ele argumenta que o remédio não faz mais efeito como antes e está desconfiado de que houve fraude na produção. Nesta situação, este usuário
- (A) não poderá fazer nada para esclarecer sua dúvida, caso o medicamento tenha o selo da indústria farmacêutica produtora com alvará válido para o ano de aquisição do produto.
 - (B) terá que consultar um médico do SUS para confirmar o menor efeito do medicamento e, então, o médico poderá entrar em contato com a Vigilância Sanitária.
 - (C) poderá entrar em contato com a Vigilância Sanitária de seu Município para que se inicie um procedimento de investigação sobre o medicamento.
 - (D) terá que retornar ao farmacêutico que vendeu o medicamento, como única forma de encaminhar sua reclamação à Vigilância Sanitária do Município.
 - (E) deverá verificar o local (Município e Estado) da indústria produtora, pois a Vigilância Sanitária desse local é a única que poderá iniciar uma investigação sobre o medicamento.
-
17. Infecção hospitalar é aquela adquirida após a admissão do paciente na Unidade Hospitalar e que se manifesta durante a internação, ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- (A) a Vigilância Sanitária pode verificar se todos os setores do hospital dispõem de lavatórios com água corrente, sabão e ou antisséptico, além de papel toalha, para a lavagem das mãos dos profissionais.
 - (B) o hospital não precisa ter um Programa de Controle de Infecção Hospitalar com médicos ou enfermeiros.
 - (C) apenas as unidades hospitalares de alto risco estão sujeitas às inspeções sanitárias para a avaliação da qualidade das ações de Controle de Infecção Hospitalar.
 - (D) a avaliação deve ser feita somente pelas autoridades sanitárias; e as auditorias internas não servem para verificar o cumprimento da legislação específica que trata do Controle de Infecção Hospitalar.
 - (E) a Vigilância Sanitária deve realizar, periodicamente, uma avaliação da qualidade das ações de controle de infecção hospitalar e verificar a atuação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).
-
18. De acordo com a legislação,
- (A) a educação permanente dos trabalhadores da saúde pode ser preocupação da direção dos serviços de saúde, mas ainda não está prevista na legislação do Sistema Único de Saúde.
 - (B) o Sistema Único de Saúde considera importante e prevê a atividade de educação permanente para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde.
 - (C) o Sistema Único de Saúde prevê educação em saúde para seus usuários apenas para controle do tabagismo e controle do uso abusivo de bebida alcoólica, mas não para hábitos saudáveis de alimentação.
 - (D) o Sistema Único de Saúde não pode promover articulação com órgãos educacionais, mas apoia os trabalhadores da saúde que se interessarem no seu desenvolvimento profissional.
 - (E) o desenvolvimento de rede de escolas do governo, vinculadas ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e às Municipais de Saúde, não poderá ser feito por ordem da área de Educação.
-
19. De acordo com a Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que
- (A) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidas mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços.
 - (B) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução, mas não a prevenção da doença, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços.
 - (C) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada que não tem como uma de suas diretrizes a participação da comunidade.
 - (D) a União, os Estados e os municípios aplicarão verba em serviços públicos de saúde, tanto quanto possível, sem haver um recurso mínimo previsto.
 - (E) os hospitais, as clínicas e os laboratórios e outras instituições privadas não poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

20. A Perda de valor recuperável apurada sobre unidade geradora de caixa deve ser evidenciada na Demonstração de Valor Adicionado no grupo
- (A) receitas, reduzindo o valor do item de construção de ativos próprios.
 - (B) insumos adquiridos de terceiros, no item perda/recuperação de valores ativos.
 - (C) depreciação, amortização e exaustão, como perda de valor recuperável de ativos.
 - (D) distribuição de valor adicionado, transferência de riqueza.
 - (E) remuneração do capital de terceiros, recebidos em transferência.
-
21. A empresa Saúde S.A. presta serviços de análise laboratorial. Negociou com o cliente "B" a prestação de serviços durante um ano, ao preço de R\$ 1.000.000,00, para 100.000 análises. O custo de seus serviços na data da elaboração da proposta era de R\$ 7,50 por análise. Devido ao ganho de escala obtido pela empresa, seu preço praticado nos novos contratos, está sendo estabelecido considerando o valor de R\$ 8,00 por análise. Fundamentado nas normas contábeis pertinentes a custo dos serviços prestados e de valor recuperável de ativos, deve a empresa
- (A) reduzir ao valor realizável líquido, para refletir o valor da perda do fluxo de caixa esperado do ativo.
 - (B) aumentar o custo proporcionalmente à variação dos preços constantes do contrato e os novos preços praticados.
 - (C) reconhecer a diferença do preço de venda pactuado e do preço de venda atual realizado, como perda no resultado.
 - (D) modificar o custo apropriado lançando como custo, o preço referência de mercado deduzidos dos impostos e a margem de lucro.
 - (E) manter os custos registrados, uma vez que a diminuição do preço de venda não supera o custo do serviço a ser prestado.
-
22. O hospital Salvação S.A. contratou apólice de seguros de Responsabilidade Civil para seus executivos, em 01 de julho de 2011, com vigência para um ano. Considerando que o valor do seguro pago em seis parcelas, com a primeira a 30 dias foi de R\$ 36.000,00, em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta de
- (A) despesas antecipadas – seguros era de R\$ 6.000,00.
 - (B) bancos foi movimentada pelo valor de R\$ 24.000,00.
 - (C) custos dos serviços foi impactado pela importância de R\$ 9.000,00.
 - (D) contas a pagar – seguros era de R\$ 12.000,00.
 - (E) despesas de seguros era de R\$ 18.000,00.
-
23. A empresa Zetta S.A. realizou aplicação financeira em um CDB – Certificado de Depósito Bancário, no valor de R\$ 20.000,00. O departamento financeiro, com base no fluxo de caixa sabe que não precisará desses recursos até o vencimento da aplicação e informou a contabilidade sobre essa decisão. Dessa forma, deve a contabilidade, no ato da aplicação e durante a sua vigência, respectivamente, registrar o fato pelo valor
- (A) justo de mercado e de custo amortizado.
 - (B) em uso e justo pela curva do papel.
 - (C) de custo histórico e de custo amortizado.
 - (D) justo pela curva do papel e em uso.
 - (E) de custo amortizado e justo pelo valor de mercado.



Atenção: Para responder às questões de números 24 e 25, considere as informações abaixo.

Ao efetuar os procedimentos para encerramento do exercício de 2010, o analista contábil da Cia. Gama, verificou que o saldo do extrato bancário, enviado pelo Banco XYZ S.A. correspondente a 31.12.2010, era de R\$ 136.700,00. Esse valor era superior ao saldo registrado na contabilidade da empresa na mesma data, em R\$ 39.450,00. Além dessa diferença, ao efetuar a conciliação bancária identificou ainda as divergências, a seguir:

Divergências Identificadas	Valores em R\$
Cheques de nº 100190 a nº 100194 emitidos pela empresa para quitação de diversos fornecedores, não apresentados para resgate. (compensação)	31.750
Aviso de cobrança simples de clientes efetuado pelo Banco e não constante dos registros da empresa.	27.600
Comissão cobrada sobre a operação anterior não registrada.	400
Juros cobrados antecipadamente sobre operação de desconto de duplicatas realizada em 31.12.2010, não reconhecidos pela empresa na ocasião do registro dessa operação. O vencimento dos títulos está previsto para 60 dias.	1.800
Depósitos, efetuados pela empresa, não constantes do extrato bancário.	6.500
Devolução pelo Banco em 20.12.2010, de cheque de cliente depositado em nossa conta por insuficiência de fundos.	3.500
Título de terceiros erroneamente debitado em nossa conta pelo banco.	7.700

24. Considerando os dados fornecidos, o saldo bancário contábil conciliado é, em R\$, igual a

- (A) 119.150,00.
- (B) 122.650,00.
- (C) 111.450,00.
- (D) 91.550,00.
- (E) 97.250,00.

25. Ao efetuar os registros de conciliação bancária, a Cia Gama deve

- (A) registrar um débito em conta de despesa de comissão bancária.
- (B) reconhecer um crédito em perdas com clientes – cheques sem fundos.
- (C) fazer um lançamento de crédito na conta de Juros a Vencer.
- (D) estornar o valor dos cheques não apresentados ao Banco.
- (E) creditar os títulos de terceiros erroneamente lançados pelo Banco.

26. De acordo com a legislação societária a Reserva Legal

- (A) é calculada logo após a constituição das Reservas Estatutárias e de Contingências.
- (B) não pode ter seu saldo acumulado excedendo a 20% do capital social realizado.
- (C) pode ser constituída até quando o seu saldo acumulado corresponder a 60% das Reservas de Capital.
- (D) deve ser revertida para Lucros Acumulados, quando o seu saldo não for utilizado para absorver prejuízos.
- (E) deve ser constituída e utilizada nos limites determinados pelo estatuto social.

27. O registro da aquisição de estoques de mercadorias no valor de R\$ 50.000,00, sendo 60% vencíveis no prazo de 90 dias e 40% à vista, compreende um lançamento contábil que

- (A) altera para mais o patrimônio líquido.
- (B) diminui os ativos circulante e não circulante.
- (C) apenas permuta valores entre ativos circulante e não circulante.
- (D) aumenta o ativo circulante e o passivo circulante.
- (E) modifica o patrimônio líquido e diminui o ativo circulante.



28. Com relação à classificação dos elementos patrimoniais, no exercício de 2012, os ativos que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, devem ser classificados como
- (A) circulante.
 - (B) não circulante.
 - (C) disponível.
 - (D) realizável de curto prazo.
 - (E) exigível de longo prazo.

Atenção: Para responder às questões de números 29 a 32, considere as informações abaixo.

No mês setembro de 2012, o município de Bom Tempo do Sul arrecadou o valor de R\$ 760 referente as seguintes receitas orçamentárias:

Receitas Arrecadadas	Valor em R\$
Taxas de Serviço	90
Contribuição de Melhoria	60
Remuneração de Depósitos Bancários	50
Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios	90
Contribuição de Iluminação Pública	30
Alienação de Bens Imóveis	100
Imposto Sobre Serviços – ISS	80
Repasse do Governo Federal de valor destinado à construção de um hospital público municipal	150
Aluguel de imóvel de propriedade do Município	70
Concessões e permissões – serviços de transportes	40

29. O total da receita tributária é, em R\$, igual a
- (A) 170.
 - (B) 300.
 - (C) 230.
 - (D) 150.
 - (E) 240.
30. A arrecadação da receita de capital é, em R\$, igual a
- (A) 140.
 - (B) 290.
 - (C) 190.
 - (D) 320.
 - (E) 250.
31. O montante da receita Patrimonial é, em R\$, igual a:
- (A) 110.
 - (B) 160.
 - (C) 70.
 - (D) 120.
 - (E) 250.



32. A soma das receitas correntes é, em R\$, igual a

- (A) 620.
- (B) 470.
- (C) 570.
- (D) 510.
- (E) 440.

33. A Secretaria Municipal da Saúde do Município de Neblina do Norte adquiriu um imóvel, já em utilização pela Secretaria, no valor de R\$ 400.000,00 que será pago em 40 parcelas iguais. Sob o aspecto orçamentário, refere-se a classificação no grupo de natureza da despesa:

- (A) Inversões financeiras.
- (B) Imobilizado.
- (C) Permanente.
- (D) Dívida fundada.
- (E) Investimentos.

Atenção: Para responder às questões de números 34 e 35, considere a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

34. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida em

- (A) 49% para o Executivo e 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.
- (B) 50% para o Executivo e 4% para a Administração Indireta.
- (C) 65% incluindo o Executivo e a Câmara Municipal.
- (D) 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- (E) 60% somente para o Executivo.

35. Ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos, o Relatório de Gestão Fiscal, que, entre outros, conterá

- (A) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada.
- (B) comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos montantes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- (C) despesas, por função e subfunção.
- (D) restos a Pagar, detalhando, por Poder e Órgão.
- (E) demonstrativo, no último quadrimestre, da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

36. O procedimento licitatório, instaurado pela Administração Pública previamente à celebração de contratos de obras, serviços e compras, objetiva a seleção da proposta mais vantajosa e a isonomia entre os licitantes. Em vista desse binômio, considere que:

- I. É vedado o estabelecimento de condições que frustem o caráter competitivo da licitação, inclusive distinções em função da sede ou domicílio do licitante.
- II. Se admite o sigilo do procedimento, sempre para evitar conluio entre os participantes.
- III. É vedado o tratamento diferenciado entre empresas nacionais ou estrangeiras, incluindo preferência, em situação de empate, por produtos produzidos no País.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.



37. De acordo com a legislação que rege a matéria, o recebimento do objeto do contrato administrativo de obras deve ser feito
- (A) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado.
 - (B) pela autoridade licitante, após parecer técnico do responsável pelo acompanhamento do contrato e declaração de conformidade do contratado.
 - (C) provisoriamente, pela autoridade licitante e definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo de aceite circunstanciado.
 - (D) pelo gestor do contrato, mediante termos de aceite circunstanciado, podendo apor o seu aceite em caráter provisório quando a verificação de conformidade depender de manifestação técnica.
 - (E) provisoriamente, pelo gestor do contrato e definitivamente por comissão técnica, composta de representantes da Administração e do contratado.
-
38. A Administração Pública é dotada de poderes específicos, entre os quais se insere o poder disciplinar. Com base em tal poder, a Administração está autorizada a
- (A) regular a prestação de serviços públicos e atividades de interesse público.
 - (B) impor restrições à atuação de particulares, em prol do interesse público.
 - (C) apurar infrações e aplicar sanções a servidores públicos.
 - (D) estabelecer normas e procedimentos para organização administrativa.
 - (E) regulamentar o exercício de atividade econômica, no que diz respeito à segurança, ordem pública e saúde.
-
39. A respeito dos atos administrativos, está INCORRETO afirmar que:
- (A) quando discricionários, comportam avaliação de conveniência e oportunidade para sua edição.
 - (B) gozam de presunção de legitimidade, o que significa que, até prova em contrário, entende-se que foram emitidos com observância da lei.
 - (C) não podem ser anulados ou revogados, em face da presunção de veracidade, salvo por decisão judicial.
 - (D) podem ser anulados pela própria Administração, assegurada a apreciação pelo Poder Judiciário.
 - (E) podem ser anulados pelo Poder Judiciário, por vício de ilegalidade.
-
40. Sobre as denominadas redes organizacionais, é correto afirmar que correspondem
- (A) ao sistema de definição de metas, indicadores de desempenho e mensuração de resultados.
 - (B) às ações individuais ligadas a perspectivas de curto prazo, com vistas ao alcance de resultados imediatos.
 - (C) à divisão de atribuições e competências, com base em estrutura hierárquica.
 - (D) a uma teia de relacionamentos, elos e conexões construídos e utilizados para o benefício das pessoas e membros da organização.
 - (E) aos mecanismos de controle destinados a pessoas que operam em diferentes unidades de trabalho.



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



QUESTÃO 3

A Secretaria de Saúde do estado de Minas Gerais realizou licitação para construção de unidade hospitalar, com 500 leitos. No curso da execução do contrato firmado com a empresa vencedora da licitação, a Secretaria viu-se obrigada, em função de contingenciamento orçamentário, a reduzir o objeto do contrato a apenas 200 leitos, importando a redução de 50% do valor inicial do contrato. O edital e o contrato não previam a possibilidade de subcontratação de parcelas da obra, porém, mesmo assim, a contratada “terceirizou” parte do objeto contratual e, alegando compromissos já assumidos com a empresa subcontratada, recusou-se a aceitar a redução dos quantitativos inicialmente contratados. Considerando a situação exposta, responda, justificadamente, às indagações abaixo, apresentando a correspondente fundamentação com base na legislação que rege a matéria.

a. A Secretaria pode reduzir, compulsoriamente, as quantidades inicialmente contratadas no montante apontado?

Redação Definitiva

b. A empresa contratada pode rescindir o contrato por sua iniciativa, na hipótese de não concordar com a redução?

Redação Definitiva

c. Quais as consequências da subcontratação efetuada pela contratada?

Redação Definitiva

NOTA



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA